

POLÍTICA

GOVERNO

FHC reage e anuncia medidas anticorrupção

Ed Ferreira/AE

Planalto cria Corregedoria-Geral da União para coordenar investigações

DOCA DE OLIVEIRA
e ISABEL BRAGA

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso saiu ontem em defesa de seu governo, disposto a reverter a percepção de que se faz pouco contra a corrupção, como ficou claro nas últimas pesquisas. Em pronunciamento no Palácio do Planalto, ele justificou seu esforço para impedir a abertura de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar acusações de corrupção no governo e anunciou uma série de medidas para dar visibilidade aos atos contra a corrupção, entre as quais a criação da Corregedoria-Geral da União, que será comandada por uma mulher, Anadyr de Mendonça Rodrigues, com status de ministro, e vinculada diretamente à Presidência.

A nova corregedora terá poderes para acionar qualquer autoridade do governo, instaurar procedimentos ou requisitar procedimentos já instaurados. A idéia é que a Corregedoria-Geral coordene as ações e acompanhe todo os processos desde seu início até a punição ou isenção dos acusados.

Em seu discurso, Fernando Henrique qualificou a CPI de manobra eleitoral e reafirmou que todas as denúncias feitas pelos partidos de oposição já foram objeto de investigação e punição. “O governo se opôs à CPI porque tinha uma conotação nitidamente pré-eleitoral.”

A reação do presidente faz parte da operação política para limpar a imagem do governo, iniciada no fim de semana, com o respaldo do PSDB, seu partido. O resultado das pesquisas dos últimos dias acenderam o sinal de alerta no Planalto, por terem mostrado que, pela primeira vez em seis anos de mandato, o presidente estava sendo criticado por leniência com irregularidades. Se consolidada, essa opinião poderia comprometer sua imagem e prejudicar o candidato do PSDB à Presidência.

Preocupado, Fernando Henrique detalhou ontem todas as medidas tomadas pelo governo e fez críticas veladas a seus adversários. Leia os principais trechos do discurso:

CPI – “O governo se opôs à formação de uma CPI porque essa CPI misturava alhos com bugalhos, uma espécie de questões duvidosas, com outras fantasiosas, outras reais, e todas já sob investigação. Tinha, portanto, conotação nitidamente, eu



Fernando Henrique discursa no Planalto: empenho para morar iniciativa e recuperar imagem em sintonia com o PSDB

“O governo se opôs à formação de uma CPI no Congresso porque essa CPI misturava alhos com bugalhos. Tinha, portanto, uma conotação nitidamente, eu diria nem política, pré-eleitoral.”

Muitos dos que hoje gritam calaram. Nós não gritamos, nem calamos. Atuamos.

Os relatórios que têm sido elaborados têm sido feitos com a ajuda de funcionários do governo. Portanto, é preciso que se explique melhor ao País o que tem sido feito em matéria de moralização da administração pública.”

Fernando Henrique Cardoso

diria nem política, pré-eleitoral. O País precisa de trabalho, de organização, mas precisa também que o governo responda às ansiedades dele e da opinião pública. Certamente não se opôs à CPI para colocar nada debaixo do tapete nem para encobrir qualquer coisa, até porque essa seria uma atitude inaceitável. Se opôs por considerar que haveria uma exploração política.”

Apoio – “Isso não quer dizer que as CPIs não possam tratar dessas questões

com o mesmo empenho e não haja CPIs necessárias. Diante delas, meu governo teve uma posição de cooperação sempre, notadamente na CPI do Judiciário e do Sistema Financeiro, em 1999, onde a determinação que dei foi muito clara: que o Banco Central, a Receita Fede-

ral, e todos os demais órgãos do Executivo se colocassem à disposição do Legislativo. Os relatórios que têm sido elaborados têm sido feitos com a ajuda de funcionários do governo. Portanto é preciso que se explique melhor ao País o que tem sido feito em matéria de moralização da administração pública e os mecanismos que estamos usando para restabelecer um clima de moralização pública.”

Medidas – “Há uma mecânica contínua e

não um discurso demagógico, de mudança de procedimentos e mecanismos de controle. São mecanismos de um governo que está moralizando, comprometido com a honestidade. Esses escândalos que agora aparecem são por isso. A Advocacia-Geral da União assumiu o con-

trole e fez as investigações. Depois (os casos) aparecem como denúncia, como se o governo fosse o que vê ou fosse culpado, quando é o contrário. Pela ação do governo é que se conseguí ver uma série de questões que eram, digamos, ‘tradicionais’ em certos setores e todos, muitos calavam. Muitos dos que hoje gritam, calaram. Nós não gritamos, também não calamos, atuamos.”

Dossiê Cayman – “Desse me dá gosto falar hoje. Porque li ontem um artigo de um dos principais divulgadores do dossiê Cayman, dizendo que ele é uma farsa. Lamento que o jornal tivesse levado dois anos e oito meses para dizer o que eu sabia: que é uma farsa. O banco

AS PROVIDÊNCIAS

O que o Planalto quer fazer para combater a corrupção

AÇÕES NOVAS

- ✓ Criação da Corregedoria-Geral da União
- ✓ Investigação fiscal, por intermédio da Receita, de todos envolvidos em processos administrativos
- ✓ Encaminhamento, em regime de urgência, do projeto que eleva pena nos casos de aplicação irregular de incentivos fiscais e do que explicita novas hipóteses de denúncia caluniosa
- ✓ Procuradores da República serão convidados a participar mais cedo das apurações de denúncias

AÇÕES QUE JÁ ESTAVAM EM CURSO

- Descentralização na transferência de recursos públicos em áreas como educação e saúde
- Análise da legalidade de 40 mil processos de aposentadoria. Percentual de irregularidades nas contas de mais de mil gestores federais caiu de 12% em 1996 para 1% em 2000
- Criação de uma força-tarefa para examinar processos administrativos de cobrança na Sudam. De 58 casos avaliados, 39 tinham irregularidades
- Instauração de processos administrativos contra quatro autoridades do DNER e afastamento de toda a diretoria, com nomeação de um interventor
- De 1995 a 2000, demissão de 1.781 servidores da administração direta, autarquias e fundações por improbidade administrativa

ArtEstado/Vlad

lhada ao Senado. E o Senado aceitou. Alguns maliciosos imaginam que o presidente teria dito que (não se quebrasse o sigilo telefônico) pois me incriminaria, chegaria até mim. Não chegaria. O sigilo todo está à disposição do Senado, não há mais o que pedir. O que não é possível é que, em um ano e oito meses, o Ministério Público de posse de todo os dados não tenha formulado qualquer acusação.”

Impeachment – “É preciso parar com procedimentos irresponsáveis, porque prejudica o País. Prejudica o País imaginar que seu presidente, um governador e dois ministros estejam metidos em coisas suspeitas em Cayman. Prejudica porque seria tão grave que teria de ter coragem de pedir impeachment nas ruas, só que é falso. Mas embora falso, repercutirá no mundo inteiro. Temos de mudar esse denunciamento por uma atitude mais coerente de investigação.”

Oposição – “É só olhar para ver a ampla divulgação de dados públicos pela Internet. Hoje, na maior parte das vezes em que vejo críticas, são porque os deputados tem acesso à Internet, mas não entendem direito, misturam alhos com bugalhos, fazem contas erradas e dizem a todo instante que estamos gastando menos, malhando tal ou qual.”

Recado – “É preciso fazer medidas corretivas. A apuração desses processos é complexa. Vivemos, graças a Deus, em um estado democrático de direito. Havendo democracia e tendo lutado

como lutamos – nem todos, hein, digo de passagem, nem todos. Muitos dos que hoje gritam, foram beneficiados pelo regime autoritário. Eu não fui.”

Democracia – “Muitos dizem que a democracia é lenta, mas também todos sabemos que lenta ou não é o melhor sistema que já foi inventado. E é o único que assegura os direitos do cidadão. De modo que, faça chuva, trovoada ou sol, nós vamos continuar aplicando os procedimentos legais e nada será feito no atropelo da lei.”

declarou que são falsas. Só lamento que antes de publicar, antes de falar sobre o assunto, não se tivesse tido o cuidado de perguntar ao banco se eram falsas ou verdadeiras. De qualquer maneira, não se deve perder mais tempo com alguma coisa cuja falsidade é patente.”

Eduardo Jorge – “O caso constou de algumas alegações da CPI do Judiciário por causa do número elevado de telefonemas do juiz Nicolau (dos Santos Neto). Esses telefonemas foram objeto de explicação deta-